

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração	12
----------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	34
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	261.368.800
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>261.368.800</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	659.388	640.567	601.908
1.01	Ativo Circulante	114.342	103.669	80.229
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	90.904	82.971	67.606
1.01.01.01	Bancos	452	70	188
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	90.452	82.901	67.418
1.01.03	Contas a Receber	18.249	17.288	11.737
1.01.03.01	Clientes	18.249	17.288	11.737
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.048	3.407	886
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	141	3	0
1.02	Ativo Não Circulante	545.046	536.898	521.679
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	33.266	30.090	11.539
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	14.581	13.670	11.539
1.02.01.03	Contas a Receber	1.034	616	0
1.02.01.03.01	Clientes	1.034	616	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.486	15.693	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.165	111	0
1.02.03	Imobilizado	511.780	506.808	510.140
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	507.694	502.987	506.055
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.086	3.821	4.085

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	659.388	640.567	601.908
2.01	Passivo Circulante	74.360	62.910	40.490
2.01.02	Fornecedores	10.367	8.888	6.241
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.367	8.888	6.241
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.656	3.734	1.056
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	41.407	35.604	28.181
2.01.04.02	Debêntures	41.407	35.604	28.181
2.01.05	Outras Obrigações	20.930	14.684	5.012
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	20.844	14.592	4.993
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	162	33	30
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	20.682	14.468	4.963
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	91	0
2.01.05.02	Outros	86	92	19
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	15	0	0
2.01.05.02.05	Adiantamentos de clientes	71	92	19
2.02	Passivo Não Circulante	370.584	379.563	377.607
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	268.646	296.987	307.418
2.02.01.02	Debêntures	268.646	296.987	307.418
2.02.02	Outras Obrigações	517	528	31
2.02.02.02	Outros	517	528	31
2.02.02.02.03	Adiantamento de clientes	517	528	31
2.02.04	Provisões	101.421	82.048	70.158
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	691	489	59
2.02.04.02	Outras Provisões	100.730	81.559	70.099
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	100.730	81.559	70.099
2.03	Patrimônio Líquido	214.444	198.094	183.811
2.03.01	Capital Social Realizado	211.369	211.369	211.369
2.03.04	Reservas de Lucros	3.075	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	1.523	0	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2015</b>
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.552	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-13.275	-27.558

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	179.121	148.619	105.320
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-95.487	-77.006	-45.597
3.03	Resultado Bruto	83.634	71.613	59.723
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.744	-8.783	-7.249
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.744	-8.783	-7.249
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	72.890	62.830	52.474
3.06	Resultado Financeiro	-34.041	-45.626	-58.787
3.06.01	Receitas Financeiras	8.696	9.968	7.373
3.06.02	Despesas Financeiras	-42.737	-55.594	-66.160
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	38.849	17.204	-6.313
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.386	11.689	-1.225
3.08.01	Corrente	-9.179	-4.004	-1.225
3.08.02	Diferido	793	15.693	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	30.463	28.893	-7.538
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	30.463	28.893	-7.538
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,11655	0,11055	-0,03000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,11655	0,11055	-0,03000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	30.463	28.893	-7.538
4.03	Resultado Abrangente do Período	30.463	28.893	-7.538

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	80.538	67.225	70.548
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	113.406	103.939	86.191
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.890	-6.684	8.031
6.01.03	Outros	-30.978	-30.030	-23.674
6.01.03.01	Juros pagos	-23.001	-24.198	-23.355
6.01.03.02	Impostos pagos sobre o lucro	-7.977	-5.832	-319
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-28.755	-27.352	-18.219
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-43.850	-24.508	-15.739
6.03.01	Liquidação de empréstimos e financiamentos	-31.431	-24.508	-15.739
6.03.02	Liquidação de juros sobre capital próprio	-12.419	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.933	15.365	36.590
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	82.971	67.606	31.016
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	90.904	82.971	67.606



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	211.369	0	0	-13.275	0	198.094
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	211.369	0	0	-13.275	0	198.094
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.552	-15.665	0	-14.113
5.04.06	Dividendos	0	0	1.552	-1.552	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.113	0	-14.113
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.463	0	30.463
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.463	0	30.463
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.523	-1.523	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.523	-1.523	0	0
5.07	Saldos Finais	211.369	0	3.075	0	0	214.444

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	211.369	0	0	-27.558	0	183.811
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	211.369	0	0	-27.558	0	183.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-14.610	0	-14.610
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.610	0	-14.610
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.893	0	28.893
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.893	0	28.893
5.07	Saldos Finais	211.369	0	0	-13.275	0	198.094

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	211.369	0	0	-20.020	0	191.349
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	211.369	0	0	-20.020	0	191.349
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.538	0	-7.538
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.538	0	-7.538
5.07	Saldos Finais	211.369	0	0	-27.558	0	183.811

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
7.01	Receitas	197.420	163.854	116.055
7.01.02	Outras Receitas	197.420	163.854	116.055
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-65.188	-48.425	-18.536
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-65.188	-48.425	-18.536
7.03	Valor Adicionado Bruto	132.232	115.429	97.519
7.04	Retenções	-33.062	-31.179	-29.495
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.062	-31.179	-29.495
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	99.170	84.250	68.024
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.696	9.968	7.373
7.06.02	Receitas Financeiras	8.696	9.968	7.373
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	107.866	94.218	75.397
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	107.866	94.218	75.397
7.08.01	Pessoal	7.283	5.608	4.082
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	23.922	950	9.531
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.198	58.767	69.322
7.08.03.01	Juros	42.737	55.594	66.160
7.08.03.03	Outras	3.461	3.173	3.162
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	30.463	28.893	-7.538
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	30.463	28.893	-7.538

## Relatório da Administração

### Relatório de Administração

Senhores Acionistas:

A seguir analisamos e discutimos nossos relatórios sobre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, as quais devem ser lidas em conjunto com suas respectivas notas explicativas.

As informações financeiras contidas e analisadas neste relatório foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* – “IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). Adicionalmente, nossas demonstrações financeiras foram auditadas por KPMG Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, em especial a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei de Sociedades por Ações”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

A Companhia tem por objeto social (a) a locação, no todo ou em parte, de equipamentos próprios para exploração de serviços de telecomunicações por terceiros; (b) a comercialização de equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações por terceiros; (c) a construção de equipamentos necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações por terceiros; (d) empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis; e (e) a participação no capital de outras sociedades.

A seguir os principais eventos:

- No dia 25 de outubro de 2012, foi aprovado um aumento de nosso capital social no valor de R\$261.368.000,00 (duzentos e sessenta e um milhões, trezentos e sessenta e oito mil reais), mediante a emissão de 261.368.000 (duzentas e sessenta e um milhões, trezentas e sessenta e oito mil) ações ordinárias, nominativas, totalmente subscritas e integralmente integralizadas, em moeda corrente nacional, pela nossa acionista BR Towers S.A., em razão da operação de compra de 895 Torres e 1017 *Roof Tops* de titularidade da empresa Vivo S.A., realizada por meio de Contratos de Compra e Venda de Bens Móveis e Outras Avenças, formalizados em 31 de agosto de 2012.
- Ainda em razão da compra das 895 Torres e 1017 *Roof Tops*, realizamos a 1ª emissão debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no montante de R\$251.368.000,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, trezentos e sessenta e oito mil reais), nos termos da Instrução CVM 476.
- Em 31 de outubro de 2013 realizamos a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, no montante de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), nos termos da Instrução CVM 400. Os objetivos desta emissão foram: (a) quitação do saldo devedor da 1ª emissão de debêntures; (b) constituição da conta reserva de amortização; (c) redução de capital pela companhia o julgar excessivo para andamento de suas atividades.
- Em 13 de junho de 2014 foi assinado Contrato de Venda e Compra das Ações de emissão da BR Towers S.A (controladora direta) e BRT Holding 1 S.A e BRT Holding 2 S.A. (controladoras indiretas) visando a transferência da totalidade das ações de emissão das empresas BRT para a American Tower do Brasil - Cessão de

## **Relatório da Administração**

Infraestruturas Ltda. A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 28 de outubro de 2014, a aquisição foi concluída em 19 de novembro de 2014.

## Notas Explicativas

*BR Towers SPE1 S.A.  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017 e 2016*

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

## 1 Contexto operacional

A BR Towers SPE1 S.A. ("Companhia") foi legalmente constituída em 17 de agosto de 2011, e possui sede na cidade de São Paulo, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, a comercialização de equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações e empreendimentos imobiliários, e a administração por conta própria de bens imóveis.

A Companhia atualmente desempenha como atividade preponderante a cessão de uso de infraestrutura compartilhada para a indústria de Telecomunicações (aluguel de infraestrutura).

Em 13 de junho de 2014 foi assinado Contrato de Venda e Compra das Ações de emissão da BR Towers S.A (Companhia) e BRT Holding 1 S.A e BRT Holding 2 S.A. (controladoras) visando a transferência da totalidade das ações de emissão das empresas BRT para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 28 de outubro de 2014 e sua efetivação, em 19 de novembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o controle de 100% do capital foi transferido para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda., através da incorporação da BR Towers S.A.

## 2 Base de preparação

### 2.1 Base de mensuração

As informações contábeis das demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de março de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

## Notas Explicativas

*BR Towers SPE1 S.A.  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017 e 2016*

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas a seguir:

- Determinação do arrendamento financeiro operacional.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas notas explicativas:

- **Nota 3.4 (iii)** - Depreciação do ativo imobilizado
- **Nota 11** - Provisão para desmobilização
- **Nota 12** - Contingências

## 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### 3.1 Arrendamentos

#### *Ativos arrendados*

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

### 3.2 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, Empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

#### (i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento*

A Administração da Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.



## Notas Explicativas

**BR Towers SPE1 S.A.**  
*Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017 e 2016*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### (ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

#### *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício

#### *Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

### (iii) *Passivos financeiros não derivativos - Mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

### (iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não detém instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

## 3.3 **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por aluguel de torres de transmissão e *roof tops* para telefonia celular no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

## 3.4 **Imobilizado**

### (i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos dos custos de desmobilização, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado", deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Os custos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item de ativo imobilizado tem vida útil diferente, eles são registrados como itens individuais (componentes principais) de ativo imobilizado.

## Notas Explicativas

**BR Towers SPE1 S.A.**  
 Demonstrações financeiras em  
 31 de dezembro de 2017 e 2016

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado.

### (ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### (iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Torres e <i>roof tops</i>	20	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

## 3.5 Redução ao valor recuperável - *Impairment*

### (i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

### (ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

## Notas Explicativas

*BR Towers SPE1 S.A.*  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2017 e 2016*

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Em 31 de dezembro de 2017 não havia qualquer indicação de perda no valor recuperável de ativos.

### 3.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

### 3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

### 3.8 Provisão para desmobilização

A provisão é realizada tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e roof tops instalados em imóveis alugados de terceiros, de forma a registrar a melhor estimativa, a valor de mercado, do montante de recursos necessários, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e ICPC 12 - "Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares".

O valor justo da obrigação de desmobilização das torres é reconhecido no período em que os custos são incorridos, os quais são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos correspondentes às torres e amortizados durante a sua vida útil estimada. As estimativas de valor justo das obrigações de desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados e o seu registro no passivo é feito em decorrência do tempo, como despesa operacional. Adicionalmente, são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo imobilizado, quando aplicável.

Alterações subsequentes na estimativa do custo de desmobilização são reconhecidas contra o ativo subjacente.

### 3.9 Capital social

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

### 3.10 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da locação das torres e *roof tops* no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita mensalmente tendo como base a utilização, pelo locatário, dos espaços locados pela Companhia, e quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, 84% das receitas da Companhia estavam concentradas em um único cliente.

## Notas Explicativas

*BR Towers SPE1 S.A.  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017 e 2016*

### 3.11 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

### 3.12 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variação cambial. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.13 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### (iii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### (iv) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos

## Notas Explicativas

*BR Towers SPE1 S.A.  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017 e 2016*

fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

### 3.14 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### 3.15 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### 3.16 Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

### 3.17 Segmentos operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

As decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas nos serviços conjuntos de locação de torres de telecomunicações. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento.

### 3.18 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados, que não houveram adoções antecipadas, e/ou, serão efetivos nos próximos exercícios sociais:

#### *IFRS 15/CPC 47 – Receitas de contratos com clientes*

A IFRS 15 / CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 - Receitas.

A IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 / IAS 18 e CPC 17 / IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas.

#### *IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros*

O IFRS 9 / CPC 48, em substituição ao CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma exige que a Companhia realize uma avaliação com base em doze

**Notas Explicativas**

**BR Towers SPE1 S.A.**  
*Demonstrações financeiras em  
 31 de dezembro de 2017 e 2016*

meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e não espera que esta norma produza impacto relevante nas demonstrações financeiras.

**IFRS 16 - Arrendamento Mercantil**

Tem o objetivo de unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Bancos	452	70
Aplicações financeiras	90.452	82.901
	<u>90.904</u>	<u>82.971</u>

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a debêntures compromissadas de bancos de primeira linha remunerada as taxas que variam entre 99 a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), resgatáveis em até 90 dias a contar de sua contratação.

**5 Contas a receber de clientes**

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber de clientes	18.249	17.474
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva	-	(186)
	<u>18.249</u>	<u>17.288</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Contas a receber de clientes	1.697	1.279
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva	(663)	(663)
	<u>1.034</u>	<u>616</u>
<b>Movimentação da provisão</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Saldo inicial	849	-
Adição	398	849
(Baixa)	(584)	-
Valor final	<u>663</u>	<u>849</u>

As contas a receber de clientes referem-se substancialmente a locação de torres e roof tops de telecomunicações, assim como receitas de compartilhamento e locação de solo para outras operadoras de telecomunicação. O valor no realizável a longo prazo refere-se à um acordo realizado com cliente Oi, que será pago nos próximos 5 anos, a partir de 2018. Para esse valor foi constituída uma reserva de 50% sobre o saldo das contas a receber de clientes no ativo não circulante, com base na análise de risco e na probabilidade de recebimento.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A metodologia de apuração da provisão para

**Notas Explicativas**

**BR Towers SPE1 S.A.**  
 Demonstrações financeiras em  
 31 de dezembro de 2017 e 2016

crédito de liquidação duvidosa é de provisionar os títulos vencidos a mais de 90 dias, sem que haja garantias reais.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil das contas a receber.

A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

**6 Aplicação financeira em garantia**

A Companhia efetuou aplicações em Debêntures Compromissadas com remuneração de 99 a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações financeiras foram efetuadas como depósito caução para garantia da 2ª emissão de debêntures da Companhia. De acordo com as cláusulas de covenants, a Companhia deve manter saldo médio em aplicação financeira até seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2017 o valor dessas aplicações financeiras era de R\$ 14.581 (R\$ 13.670 em 31 de dezembro de 2016). Essa garantia respeita a cláusula de covenants, conforme descrito na Nota 8.

**7 Imobilizado**

<b>Custo</b>	<b>Torres e Roof tops</b>	<b>Imobilização em andamento</b>	<b>Total</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2016	587.990	4.085	592.075
Adições	3.973	24.187	28.160
(Baixas)	(98)	(215)	(313)
Transferências	24.236	(24.236)	-
Em 31 de dezembro de 2016	<u>616.101</u>	<u>3.821</u>	<u>619.922</u>
Adições	1.088	37.021	38.109
(Baixas)	-	(75)	(75)
Transferências	36.681	(36.681)	-
Em 31 de dezembro de 2017	<u>653.870</u>	<u>4.086</u>	<u>657.956</u>
<b>Depreciação</b>	<b>Torres e Roof tops</b>	<b>Imobilização em andamento</b>	<b>Total</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2016	(81.935)	-	(81.935)
Adições	(31.179)	-	(31.179)
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	<u>(113.114)</u>	<u>-</u>	<u>(113.114)</u>
(Adições)	(33.062)	-	(33.062)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>(146.176)</u>	<u>-</u>	<u>(146.176)</u>
<b>Valor contábil</b>	<b>Torres e Roof tops</b>	<b>Imobilização em andamento</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2016	<b>502.987</b>	<b>3.821</b>	<b>506.808</b>
Em 31 de dezembro de 2017	<b>507.694</b>	<b>4.086</b>	<b>511.780</b>

**Notas Explicativas**

**BR Towers SPE1 S.A.**  
 Demonstrações financeiras em  
 31 de dezembro de 2017 e 2016

Do valor total de imobilização em andamento, há o montante de R\$ 436 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.277 em 31 de dezembro de 2016) que ainda está em aberto em fornecedores a pagar, e R\$ 8.524 que foi contabilizado em Provisão para desmobilização, sendo as transações que não afetaram caixa.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27, a Companhia realiza periodicamente avaliação da vida útil de seus ativos imobilizados.

**8 Debêntures**

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Financiamentos no circulante	41.407	35.604
Financiamentos no não circulante	268.646	296.987
	<u>310.053</u>	<u>332.591</u>
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Movimentação do empréstimo		
Saldo inicial	332.591	335.599
Amortização de principal	(31.431)	(24.508)
Juros apropriados no exercício	31.464	45.221
Pagamento de juros	(23.001)	(24.198)
Apropriação do custo da dívida	430	477
	<u>310.053</u>	<u>332.591</u>
Valor final	<u>310.053</u>	<u>332.591</u>

**(a) 1ª emissão de Debentures**

Em 26 de outubro de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples no valor de R\$ 251.368, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. A Companhia captou o recurso com o Banco Santander, Banco do Brasil e Banco Votorantim por meio de integralização de debêntures, a um custo de CDI + 3,4% a.a., com um ano de carência de principal, e vencimento em 26 de outubro de 2022. Esse recurso foi utilizado para o financiamento de 50% (cinquenta por cento) do valor referente à aquisição, de 895 torres e 1.017 roof tops de telecomunicações de propriedade da Vivo S.A. Em 01 de novembro de 2013 a Companhia liquidou antecipadamente a primeira emissão de debêntures com pagamento total de R\$ 252.975.

**Custos de transação**

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 6.316 foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidenciação do valor líquido recebido, e no momento da liquidação antecipada, o saldo foi integralmente reconhecido no resultado.

**(b) 2ª emissão de Debentures**

Em 15 de outubro de 2013, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples no valor de R\$ 300.000, não conversíveis em ações, para distribuição pública, a um custo definido de IPCA + 7,4% a.a., os pagamentos de juros e principal serão realizados trimestralmente, iniciando em 15 de janeiro de 2014 e a última parcela em 15 de outubro de 2023. Esse recurso foi utilizado para a amortização antecipada total da 1ª emissão de debêntures da companhia, para compor a garantia de conta reserva e para redução de capital. São garantias dessa operação: (i) alienação fiduciária de 100% das ações e; (ii) Cessão Fiduciária dos direitos de crédito da Companhia.

**Custos de transação**



**Notas Explicativas**

**BR Towers SPE1 S.A.**  
 Demonstrações financeiras em  
 31 de dezembro de 2017 e 2016

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 3.339 estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidenciação do valor líquido recebido. Os encargos financeiros da dívida são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de vencimento das debêntures.

O montante amortizado do custo das transações para o exercício foi de R\$ 430.

**Cláusulas contratuais - covenants**

As debêntures emitidas possuem cláusulas contratuais de covenants que exigem determinadas condições como; não ter 2 knots de downgrade no rating da emissão; apenas distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio quando cumpridas algumas condições estabelecidas na escritura; manter durante a vigência da emissão o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em no mínimo 1,10; não contratar novos financiamentos em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000 e manter o índice de alavancagem acima de 30%

**1. Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)**

	<b>31/12/2017</b>
Fluxo de caixa ajustado	<b>119.817</b>
Caixa inicial s/ conta reserva	89.644
FCO - fluxo de caixa operacional	37.940
FCI - fluxo de caixa de investimento	(7.767)
Dívida onerosa	<b>14.093</b>
Amortização	8.463
Juros pagos	5.630
ICSD - Índice de cobertura de serviço da dívida	<b>8,50</b>

**2. Índice de Alavancagem**

	<b>31/12/2017</b>
Capital social	211.369
Total passivo e patrimônio líquido	659.388
Índice de alavancagem	<b>32,1%</b>

A Companhia está atendendo as obrigações previstas e requisitos para cumprimento das cláusulas contratuais - *covenants*.

**9 Partes relacionadas**

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Passivo circulante		
American Tower do Brasil (i)	20.682	14.468
LAP do Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda. (ii)	162	33
American Tower Corporation (ii)	-	52
ATC Mexico Holding Corp. (ii)	-	39
	<u>20.844</u>	<u>14.592</u>

(i) O saldo refere-se ao montante líquido entre valores a pagar e a receber com a controladora American Tower do Brasil, por conta da venda de ativos e despesas incorridas entre essas entidades, que são alocadas mediante critério de rateio previamente definido pela controladora, aplicado de maneira uniforme.

(ii) O saldo refere-se a valores a pagar referentes a serviços prestados.

**Notas Explicativas**

**BR Towers SPE1 S.A.**  
 Demonstrações financeiras em  
 31 de dezembro de 2017 e 2016

Com a reestruturação societária e organizacional mencionada na Nota 1, o grupo concentra os custos e despesas denominados “corporativos” na controladora que os repassa para suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2017 o critério de rateio seguido pela controladora American Tower, foi assim determinado: rateio das despesas operacionais de acordo com o percentual definido pela controladora.

**a. Remuneração do pessoal-chave**

Pessoal-chave da administração inclui a presidência e toda a diretoria que juntos recebem uma remuneração no ano de 2017, paga e rateada pela controladora, no montante de R\$ 143 (R\$ 126 em 2016).

**b. Benefício pós-emprego**

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a diretoria ou membros do Conselho de Administração.

**10 Fornecedores**

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	4.298	3.735
Aluguéis de imóveis a pagar	<u>6.069</u>	<u>5.153</u>
	<u>10.367</u>	<u>8.888</u>

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía saldos a pagar com seus fornecedores diversos. Sendo estes divididos entre fornecedores de Capex, que são os reforços estruturais de suas torres e os aluguéis devidos aos locatários.

**11 Provisão para desmobilização**

Os contratos entre a Companhia e os locatários dos espaços nos quais as torres e *roof tops* estão instalados, preveem que os custos de desmontagem e remoção dos itens e que a restauração do local é de responsabilidade da Companhia.

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para desmobilização	<u>100.730</u>	<u>81.559</u>
	<u>100.730</u>	<u>81.559</u>
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Movimentação da provisão		
Saldo inicial	81.559	70.099
Atualização monetária	10.647	9.732
Adição	<u>8.524</u>	<u>1.728</u>
Valor final	<u>100.730</u>	<u>81.559</u>

O valor justo da obrigação de desmobilização das torres é reconhecido no período em que os custos são incorridos, os quais são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos correspondentes às torres e amortizados durante a sua vida útil estimada. As estimativas de valor justo das obrigações para desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, e o seu registro no passivo é feito em decorrência do tempo, como despesa operacional. Adicionalmente, são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo imobilizado, quando aplicável.

**Notas Explicativas**

**BR Towers SPE1 S.A.**  
*Demonstrações financeiras em  
 31 de dezembro de 2017 e 2016*

**12 Contingências**

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Tributárias (i)	522	460
Cíveis (ii)	169	29
	<u>691</u>	<u>489</u>
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Movimentação da provisão		
Saldo inicial	489	59
Adição	202	430
	<u>691</u>	<u>489</u>

- (i) Referem-se à discussão de taxas cobradas para instalações de torres e encargos sociais sobre remuneração.  
 (ii) A Companhia possui ações indenizatórias, com risco de perda classificado como provável por seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui outros processos cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 712 (R\$ 92 em 31 de dezembro de 2016), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

**13 Patrimônio líquido****a. Capital social**

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2012, foi aprovado aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 261.368, mediante a emissão de 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação calculada de acordo com a legislação em vigor. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, nesta data.

Em 29 de outubro de 2013 foi aprovada uma redução de capital no montante de R\$ 50.000 sem o cancelamento de ações. O valor da redução do capital social foi pago em janeiro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social era de R\$ 211.369 representado por 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

**b. Reserva Legal**

A Companhia apropriou, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social.

**c. Dividendos mínimos obrigatórios**

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social da Companhia é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, depois de atendidas as disposições legais, o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído entre os acionistas, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. O pagamento de dividendos está limitado a certas cláusulas contratuais conforme nota 8 b.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2017, foram atendidos conforme quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	30.463
----------------------------	--------

**Notas Explicativas**

**BR Towers SPE1 S.A.**  
 Demonstrações financeiras em  
 31 de dezembro de 2017 e 2016

(-) Constituição de reserva legal (1.523)  
**Lucro líquido ajustado** 28.940

**Dividendos mínimo obrigatório – 25% sobre o lucro líquido ajustado** 7.235

Em 2017 a Companhia reconheceu o valor de R\$ 14.113 referente a juros sobre capital próprio, sendo seu valor líquido de R\$ 11.997. Os valores dos dividendos mínimos obrigatórios estavam imputados nesse valor.

**d. Dividendos adicionais propostos**

Os dividendos adicionais propostos são submetidos a aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO), neste contexto, conforme requerido no pronunciamento técnico CPC 24, qualquer declaração de dividendo adicional ao previsto legal ou estatutariamente ou outra forma de distribuição de resultado que ocorrer após a data do balanço e antes da data da autorização de emissão dessas demonstrações não gerará registro no passivo da entidade na data do balanço, por também não representar qualquer obrigação presente nessa data.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante no valor de R\$ 1.552 foi mantido no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica “dividendo adicional proposto”.

**14 Receita operacional líquida**

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas de locação de torres e roof tops	197.419	163.854
Impostos sobre receitas de locação	<u>(18.298)</u>	<u>(15.235)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>179.121</u></u>	<u><u>148.619</u></u>

**15 Custos das locações**

	31/12/2017	31/12/2016
Encargos de depreciação (Nota 7)	33.062	31.177
Manutenção e aluguel de solo	64.822	48.404
Créditos de impostos sobre depreciação	(2.763)	(2.596)
Outros	<u>366</u>	<u>21</u>
Custos das locações	<u><u>95.487</u></u>	<u><u>77.006</u></u>

**16 Despesas gerais e Administrativas**

	31/12/2017	31/12/2016
Salários, encargos e provisão de participação nos resultados (i)	7.283	5.608
Serviços de diversos	369	323
Despesas com aluguel	302	243
Despesa de benefícios a empregados	1.685	1.267
Despesas administrativas	588	682
Viagens e estadias	290	177
Contingências	202	436
Despesas tributárias	<u>25</u>	<u>47</u>
Despesas gerais e administrativas	<u><u>10.744</u></u>	<u><u>8.783</u></u>

(i) As despesas com salários, encargos e provisões são alocadas na Companhia de acordo com os critérios de rateio de despesas da American Tower do Brasil descrito na Nota 9.

**Notas Explicativas**

**BR Towers SPE1 S.A.**  
 Demonstrações financeiras em  
 31 de dezembro de 2017 e 2016

**17 Resultado financeiro, líquido**

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Atualização provisão para desmobilização – Nota 11	(10.647)	(45.698)
Juros/custo sobre empréstimos e financiamentos	(31.894)	(9.732)
Outras	(196)	(164)
	<u>(42.737)</u>	<u>(55.594)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	8.861	10.454
Outras	259	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(424)	(486)
	<u>8.696</u>	<u>9.968</u>
<b>Resultado financeiro Líquido</b>	<u><b>(34.041)</b></u>	<u><b>(60.236)</b></u>

**18 Imposto de renda e contribuição social**

<b>Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.693
Resultado	793
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u><b>16.486</b></u>

O ativo fiscal diferido é registrado para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. O ativo fiscal diferido tem a seguinte origem:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Ativo circulante</b>		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa circulante	-	186
<b>Ativo não circulante</b>		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa não circulante	663	663
Depreciação dos custos de desmobilização	9.406	6.213
<b>Passivo circulante</b>		
Provisão de compras, serviços prestados e aluguel	277	214
<b>Passivo não circulante</b>		
Provisão para desmobilização	28.924	18.277
Provisão de contingências	704	489
	<u>29.628</u>	<u>18.766</u>

**Notas Explicativas**

**BR Towers SPE1 S.A.**  
 Demonstrações financeiras em  
 31 de dezembro de 2017 e 2016

Prejuízo fiscal	8.513	20.114
Base cálculo do ativo fiscal diferido	<b>48.487</b>	<b>46.156</b>
Alíquota de IR/CS combinadas	34%	34%
Total	<b>16.486</b>	<b>15.693</b>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	38.849	17.204
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	13.209	5.849
Diferenças temporárias não constituído ativo fiscal diferido	-	(12.546)
Outras diferenças permanentes	(4.823)	(4.992)
Total	<b>8.386</b>	<b>(11.689)</b>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:		
Corrente	9.179	4.004
Diferido	(793)	(15.693)
Total	<b>8.386</b>	<b>(11.689)</b>
Alíquota efetiva	22%	-68%

**19 Instrumentos financeiros****a. Estrutura do gerenciamento de risco**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

**(v) Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

**(vi) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento

**Notas Explicativas**

**BR Towers SPE1 S.A.**  
 Demonstrações financeiras em  
 31 de dezembro de 2017 e 2016

financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

**vii) Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	90.904	82.971
Contas a receber	19.283	17.904
Total	<u>110.187</u>	<u>100.875</u>

**viii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31.12.2017	Valor Contábil	Até 1 ano	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>				
Fornecedores	10.367	10.367	-	-
Debêntures	310.053	59.061	305.084	80.704
<b>31.12.2016</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>				
Fornecedores	8.888	8.888	-	-
Debêntures	332.591	55.171	299.319	171.680

**(ix) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros podem impactar nos negócios da Companhia. A Companhia está sujeita ao risco de alterações da taxa de juros.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31/12/2017	31/12/2016
Equivalentes de caixa	90.452	82.901
Aplicações financeiras em garantia	14.581	13.670

**Notas Explicativas**

**BR Towers SPE1 S.A.**  
 Demonstrações financeiras em  
 31 de dezembro de 2017 e 2016

**(x) Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento de 25% e 50% está apresentada a seguir:

	31/12/2017	CDI Provável	CDI 25%	CDI 50%
Aplicações financeiras	90.452	5.745	7.181	8.617
Aplicação financeira em garantia	14.581	878	1.097	1.316

O montante de R\$ 310.053 (100% do total) dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão indexados ao IPCA. A taxa atual do IPCA é 2,95%, a Companhia estima que se mantendo o nível atual deste indexador as despesas financeiras referentes à este financiamento totalizariam R\$ 29.675 nos próximos 12 meses, em caso de aumento no indexador de 25% ou 50%, a despesa financeira estimada para o mesmo período seria de R\$ 31.804 ou R\$ 33.946 respectivamente.

**(xi) Valor justo**

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

**b. Classificação dos instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo que os valores contábeis são idênticos ao seu valor de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo:

Descrição	31 de dezembro 2017				
	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
<b>Ativo circulante</b>					
Bancos	-	-	452	-	452
Aplicações financeiras	90.452	-	-	-	90.942
Contas a receber de clientes	-	-	18.249	-	18.249
<b>Ativo não circulante</b>					
Aplicação financeira em garantia	-	14.581	-	-	14.581
Contas a receber de clientes	-	-	1.034	-	1.034
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	31.211	31.211
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	41.407	41.407
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	268.646	268.646
Descrição	31 de dezembro 2016				
	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
<b>Ativo circulante</b>					
Bancos	-	-	70	-	70



**Notas Explicativas**

**BR Towers SPE1 S.A.**  
 Demonstrações financeiras em  
 31 de dezembro de 2017 e 2016

Aplicações financeiras	82.901	-	-	-	82.901
Contas a receber de clientes	-	-	17.288	-	17.288
<b>Ativo não circulante</b>					
Aplicação financeira em garantia	-	13.670	-	-	13.670
Contas a receber de clientes	-	-	616	-	616
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	23.480	23.480
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	35.604	35.604
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	296.987	296.987

**Hierarquia de valor justo**

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Descrição	31/12/2017		
	Valor justo através do resultado	Custos amortizados	Nível
<b>Ativos circulantes</b>			
Aplicações financeiras	90.452	-	2
<b>Ativos não circulantes</b>			
Aplicações financeiras em garantia	14.581	-	2
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	41.407	2
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	268.646	2
Descrição	31/12/2016		
	Valor justo através do resultado	Custos amortizados	Nível
<b>Ativos circulantes</b>			
Aplicações financeiras	82.901	-	2
<b>Ativos não circulantes</b>			
Aplicações financeiras em garantia	13.670	-	2
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	35.604	2
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	296.987	2

**20 Arrendamento operacional**

A Companhia arrenda suas Torres e roof tops sob arrendamentos operacionais. No final do período de relatório, os

**Notas Explicativas**

**BR Towers SPE1 S.A.**  
*Demonstrações financeiras em  
 31 de dezembro de 2017 e 2016*

pagamentos mínimos futuros de arrendamento sob arrendamentos não canceláveis são recebíveis como segue:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Menos de um ano	174.979	154.489
Entre um e cinco anos	822.939	733.103
Mais de cinco anos	80.243	122.599

**21 Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contratada pela controladora, contra risco operacional era composta por R\$ 7.326 para danos materiais e lucro cessantes R\$ 3.172 responsabilidade civil e riscos diversos.

\*\*\*

Maria Cecília Fantinelli  
 CFO Brasil

Mauro Lemos  
 Contador – CRC 1SP152587/0-3

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

BR Towers SPE1 S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras BR Towers SPE1 S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BR Towers SPE1 S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para desmobilização de ativos (Notas explicativas: 2.4, 3.8 e 11)

No curso normal de suas operações, a Companhia incorre em obrigações contratuais para desmobilização de torres e cavaletes (roof tops) instalados em imóveis alugados.

Estimar os custos associados a estas atividades futuras e o valor justo das obrigações de desmobilização desses ativos exigem considerável julgamento em relação a fatores como o período de utilização das torres, taxas de inflação e de desconto, além de determinadas premissas econômicas como valores originais que são cotados por fornecedores específicos.

Devido ao grau de julgamento e incertezas envolvidos na mensuração da provisão de desmobilização de ativos e aos impactos que eventuais alterações nas premissas utilizadas no cálculo da referida provisão podem ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos os estudos realizados por engenheiros internos da Companhia e especialistas externos para reavaliação do custo da desmobilização das torres e avaliamos a razoabilidade do cálculo matemático efetuado para determinação dos valores.

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas utilizadas para a determinação do desconto do fluxo de caixa futuro da provisão para desmobilização dos ativos, e avaliamos a razoabilidade do cálculo utilizado pela Companhia nas construções das curvas e modelos internos de projeção dos juros, comparando as premissas e os modelos com as práticas de mercado. Avaliamos ainda a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento para desmobilização de ativos e as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração à respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Leslie Nares

Contadora CRC 1SP215906/O-9



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 §1º, V e VI DA INSTRUÇÃO CVM nº. 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da BR TOWERS SPE 1 S.A., sociedade por ações com sede na Rua Olimpíadas, 205, 8º andar, sala 04, Vila Olímpia, CEP 04551-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.206.371/0001-39 (“Companhia”), nos termos e para os fins dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução nº. 480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários, em 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que (i) revisaram, discutiram e concordam com a demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e (ii) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas pelos Auditores Independentes da Companhia (KPMG Auditores Independentes) no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 23 de março de 2018

Alexandre Katz

Diretor Presidente

Maria Cecília Calza Fantinelli

Diretor de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 §1º, V e VI DA INSTRUÇÃO CVM nº. 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da BR TOWERS SPE 1 S.A., sociedade por ações com sede na Rua Olimpíadas, 205, 8º andar, sala 04, Vila Olímpia, CEP 04551-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.206.371/0001-39 ("Companhia"), nos termos e para os fins dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução nº. 480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários, em 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que (i) revisaram, discutiram e concordam com a demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e (ii) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas pelos Auditores Independentes da Companhia (KPMG Auditores Independentes) no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 23 de março de 2018

Alexandre Katz

Diretor Presidente

Maria Cecília Calza Fantinelli

Diretor de Relações com Investidores